



CHEIAS NO BAIXO MONDEGO

AUTARCAS DE SOURE | COIMBRA | MONTEMOR-O-VELHO | FIGUEIRA DA FOZ EXIGEM MAIS CONTROLO DAS DESCARGAS NA BARRAGEM DA AGUIEIRA

. Agência do Ambiente refere que as cheias "são recorrentes com chuva forte"

. Ordem dos Engenheiros vai rever o sistema de alerta de cheias no Rio Mondego a pedido do Ministério do Ambiente



Autarcas de Soure/Coimbra/Montemor--o-Velho/Figueira da Foz exigiram mais controlo das descargas na Barragem da Aguieira



As Câmaras Municipais de Soure, Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz enviaram APA - Agência Portuguesa do Ambiente e com conhecimento do Ministro do Ambiente, um pedido de esclarecimento sobre as inundações que ocorreram, no dia 9 de janeiro e que provocaram estragos nos concelhos, atrás referidos.

Os referidos autarcas (Mário Jorge Nunes (Soure), Manuel Machado (Coimbra), João Ataíde (Figueira da Foz) e Emílio Torrão de Montemor-o-Velho), deram a conhecer essa ação conjunta, em conferência de imprensa que decorreu simbolicamente, no Museu da Água, em Coimbra, junto ao Rio Mondego.

Recorde-se que, no concelho de Soure, apesar desta vez, especificamente, a zona ribeirinha da vila de Soure ter sido poupada da cheia, contudo, a zona norte do concelho, sentiu os efeitos do aumento do

caudal do Rio Mondego, nomeadamente, com o corte ao trânsito de várias estradas.

Do documento, constam algumas questões consideradas pelos autarcas, como fundamentais para se perceber o que aconteceu, não só no dia 9 janeiro, mas também, nos dias seguintes, nomeadamente, para se perceber, qual o critério que enquadrou as descargas entre 09 e 12 de Janeiro?; "Quais as regras do plano de gestão, monitorização e fiscalização pela APA no processo de armazenamento e descargas de água na Barragem da Aguieira?"; bem como saber se existe algum plano de emergência externo da barragem e como é gerido.

Os presidentes de Câmara deixaram bem claro, que os Municípios não podem continuar a suportar estes encargos (prejuízos provocados pelas cheias), consequências das "descargas abruptas", que chegam sem

informação prévia, nem hipótese de prevenção", relebrando, também, a importância do desassoreamento do rio para que "a situação não se repita. Defendem, ainda, a introdução de formas de medir o caudal na Barragem da Aguieira e na do Alto do Ceira, da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Na última situação de cheia, os autarcas adiantam que se tivessem sido feitas descargas, mais "lenta-mente", este problema não teria acontecido.

Os autarcas queixam-se de que "houve uma descarga abrupta e imprevisível, para todos, e que a informação não chegou em tempo real, nem em tempo útil" para que pudessem ter agido e, dessa forma, salvaguardar pessoas e bens.

Os autarcas dizem querer conhecer a realidade da barragem da Aguieira, o plano das descargas, a hora e a quantidade de água.

Agência do Ambiente esclareceu em nota de imprensa que "as cheias são recorrentes com chuva forte"

Entretanto, no dia 13 de janeiro, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente afirmava em comunicado, que a ocorrência de cheias no vale do Mondego, sobretudo, na zona do Baixo Mondego, é uma "situação recorrente" e que acontece quando "há períodos de grande precipitação". Na nota de imprensa, a APA sustenta que o aumento intenso e brusco dos caudais afluídos à albufeira da Aguieira, desde a tarde de domingo passado até à madrugada do dia seguinte resultou da "intensificação da pluviosidade", que foi "superior às previsões", e "levou a um incremento dos caudais debitados, não só para garantir a segurança da barragem, como também, para evitar o lançamento de caudais muito superiores mais tarde".

O aumento do volume de caudais de água poderia "pôr em risco a segurança dos diques no Baixo Mondego e provocar assim, inundações mais

graves", justifica a APA.

Por outro lado, os autarcas querem saber "quais os critérios e o plano de gestão, monitorização e fiscalização pela APA do processo de armazenamento/enchimento e de descargas de água da barragem da Aguieira". Esta barragem, à qual "afluem todos os caudais da bacia hidrográfica do Mondego", cumpriu o seu "plano de exploração, tendo sido levada a cabo uma gestão adequada por parte do concessionário face a estas circunstâncias, procurando evitar lançar prematuramente água que causasse transtornos, lançando caudais superiores aos afluentes antes do pico de cheia e garantindo capacidade de encaixe face às previsões de chuva", sustenta a APA.

Segundo a agência, o sistema de leituras regularizados no Baixo Mondego, que assegura "a contenção da água, de modo a não invadir de maneira inconveniente os campos e impedir a

inundação de aglomerados populacionais da região, bem como das vias principais", funcionou "plenamente". Idêntica é a posição do Ministério do Ambiente, que, numa nota divulgada igualmente na tarde de hoje, afirma que as cheias no Mondego são uma situação recorrente e registada em períodos de grande precipitação, "quando a barragem de Aguieira já não tem mais capacidade para fazer o encaixe dos caudais de cheia demasiado elevados".

O comunicado refere que toda a informação para a gestão das cheias, que é da responsabilidade da APA, foi disponibilizada no devido tempo e de forma a permitir uma actuação atempada pela protecção civil, o que contraria a posição assumida pelos quatro autarcas.

No entanto, os autarcas reafirmam que a informação não chegou às autarquias, em tempo útil, para poderem agir no âmbito das suas funções.

Ordem dos Engenheiros vai rever o sistema de alerta de cheias no Rio Mondego a pedido do Ministério do Ambiente

Entretanto, o Ministério do Ambiente anunciou em comunicado, que a Ordem dos Engenheiros aceitou o convite do ministro João Fernandes para rever o sistema de alerta de cheias no Rio Mondego.

Uma decisão surgida, após a reunião que decorreu em Coimbra, no dia 22 de janeiro, que contou com representantes de todas as entidades envolvidas na gestão e avaliação das cheias ocorridas entre 9 e 11 de janei-

ro", refere um comunicado da tutela. Segundo o comunicado do Ministério do Ambiente, os estudos iniciaram-se esta semana e o relatório preliminar deve estar concluído, dentro de 1 mês, embora o documento final, só esteja terminado dentro de 3 meses.

Parece ter dado efeito, a posição tomada pelos autarcas de Soure, Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, e a posterior posição da Co-

munidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM/RC), que exigiu a modernização urgente do sistema de alerta de cheia na sequência das inundações registadas entre 09 e 11 de janeiro, em Coimbra, Montemor-o-Velho, Soure (zona norte do concelho) e Figueira da Foz, com a subida das águas do Rio Mondego, devido ao aumento da quantidade de chuva e das descargas da barragem da Aguieira.